



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT
1ª SESSÃO LEGISLATIVA
54ª LEGISLATURA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1º SEMESTRE DE 2011
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
54ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

1.	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO.....	3
2.	REUNIÕES DA COMISSÃO	5
3.	DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS	6
4.	INSTALAÇÃO DA COMISSÃO	13
5.	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	15
6.	PROPOSIÇÕES APRECIADAS	47
6.1.	PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (TERMINATIVO).....	47
6.2.	PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (NÃO TERMINATIVO).....	47
6.3.	PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (NÃO TERMINATIVO).....	47
6.4.	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO (PDS).....	48
6.5.	REQUERIMENTOS	62
6.6.	ATOS DA COMISSÃO	69
6.7.	EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI N.º 02/2011 – (PLDO) CN	70

1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO



Senador EDUARDO BRAGA – Presidente



Senador GIM ARGELLO – Vice-Presidente

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO BRAGA – PMDB/AM

VICE-PRESIDENTE: SENADOR GIM ARGELLO – PTB/DF

(17 TITULARES E 17 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA – PT	RR – 6103/6104	1. DELCÍDIO DO AMARAL – PT	MS – 2452/2457
ANIBAL DINIZ – PT	AC – 4547	2. PAULO PAIM – PT	RS – 5227/5232
WALTER PINHEIRO – PT	BA – 6793/6788	3. MAGNO MALTA – PR	ES – 4161/5867
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)	TO – 2163/2164	4. CRISTOVAM BUARQUE – PDT	DF – 2281
PEDRO TAQUES – PDT	MT – 6550/6551	5. LÍDICE DA MATA – PSB	BA – 6408/6417
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	DF – 6640/6641	6. MARCELO CRIVELLA – PRB	RJ – 5225/5730

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA – PMDB	AM – 6230	1. GEOVANI BORGES – PMDB	AP – 1717/1720
VALDIR RAUPP – PMDB	RO – 2252/2253	2. LUIZ HENRIQUE – PMDB	SC – 6446/6447
VITAL DO RÊGO – PMDB	PB – 6747	3. RICARDO FERRAÇO – PMDB	ES – 6590
LOBÃO FILHO – PMDB	MA – 2311/2314	4. RENAN CALHEIROS – PMDB	AL – 2261/2263
CIRO NOGUEIRA – PP	PI – 6185/6187	5. REDETARIO CASSOL – PP	RO – 6328/6329
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	CE – 6245	6. BENEDITO DE LIRA – PP	AL – 6148/6149

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	GO – 1962	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	SP – 6063/6064
FLEXA RIBEIRO	PA – 2342	2. CÍCERO LUCENA	PB – 5800/5808
JOSÉ AGRIPINO	RN – 2361/2362	1. MARIA DO CARMO ALVES	SE – 1306/4055

PTB

GIM ARGELLO	DF – 1161/1547	1. FERNANDO COLLOR	AL – 5783/5786
-------------	----------------	--------------------	----------------

PSOL

VAGO		1. MARINOR BRITO	PA – 6486
------	--	------------------	-----------

REUNIÃO: QUARTAS-FEIRAS ÀS 8H30MIN
SECRETÁRIA: ÉGLI LUCENA HEUSI MOREIRA
TELEFONES DA SECRETARIA: 3303-1120/2408
FAX: 3303-2025

E-MAIL: scomcct@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:
15/07/2011

2. REUNIÕES DA COMISSÃO

TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS FEVEREIRO/JULHO 2011

TABELA 1 – RESUMO POR MODALIDADE

Tipo	Quantidade
Reuniões Extraordinárias Convocadas	25
Reuniões Extraordinárias Realizadas	25
Reunião Deliberativa (RD)	13
Audiência Pública (AP)	12
Audiência Pública Conjunta (AC)	03
Total de Reuniões Realizadas	25

TABELA 2 – QUADRO POR TIPO DE PROPOSIÇÃO

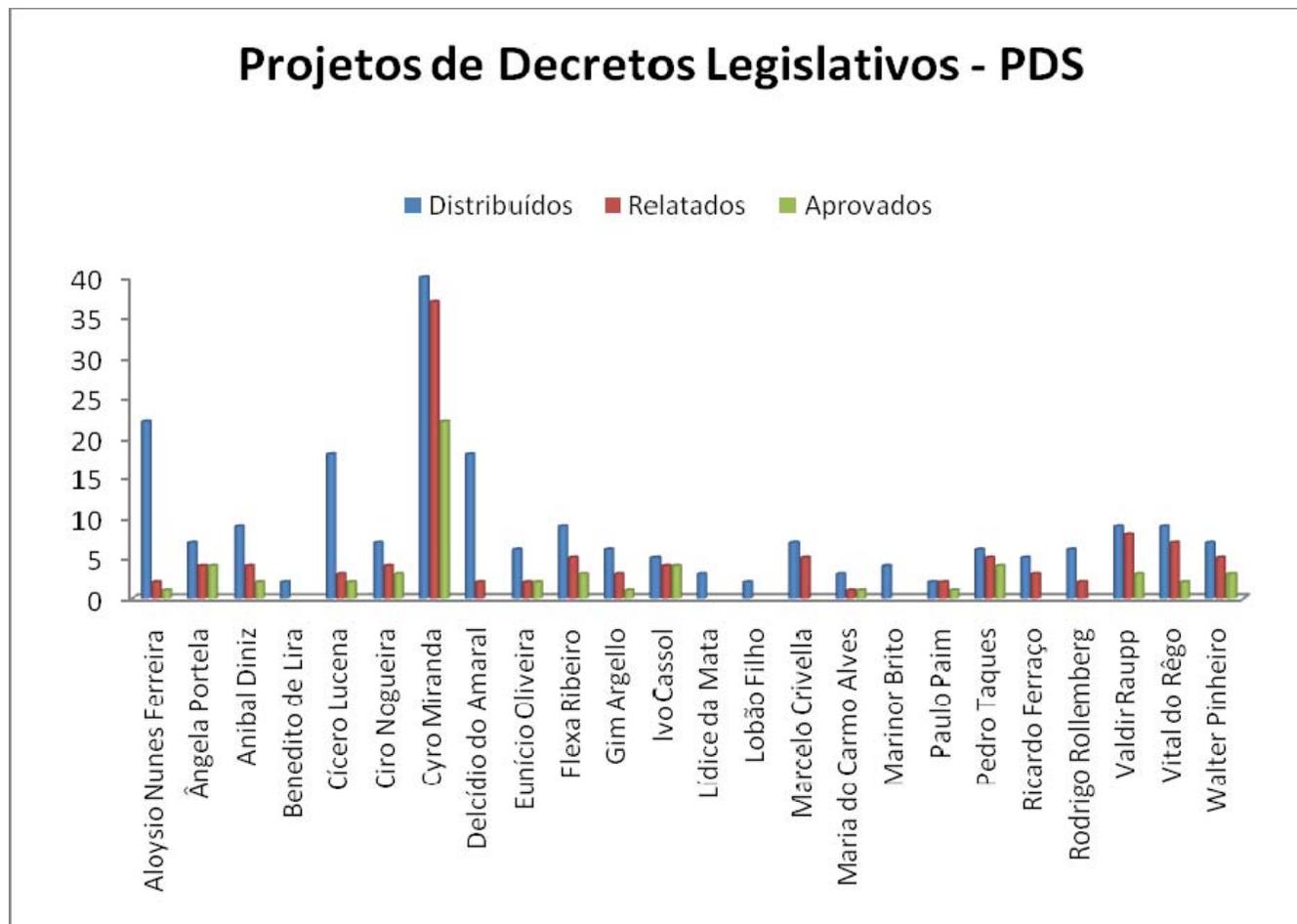
PARECERES	EMEN PLEN	OFS	PDS	PLC (NT)	PLC (T)	PLS (NT)	PLS (T)	PLS (Comp)	RQS e ADIT
PELA APROVAÇÃO	-	-	101	01	-	-	-	-	32
PELA APROVAÇÃO NA FORMA DE SUBEMENDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	01	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	01	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	101	01	-	01	01	-	32

TOTAL GERAL: 136

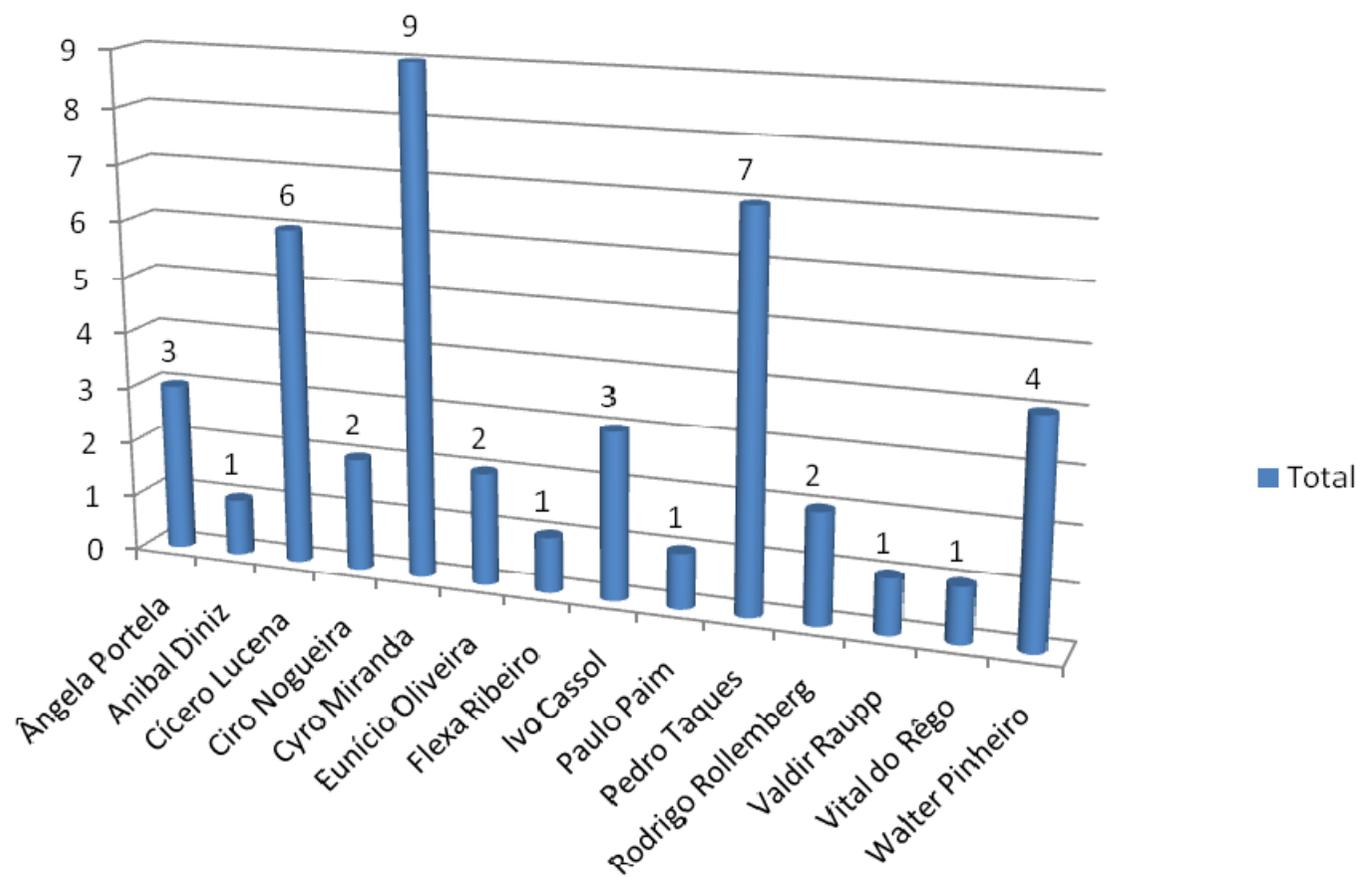
SIGLAS

EMEN PLEN – Emendas de Plenário
OFS – Ofício “S”
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara – Não Terminativo
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara – Terminativo
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado – Não Terminativo
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado – Terminativo
PLS (Comp) – Projeto de Lei do Senado - Complementar
RQS e ADIT – Requerimento e Aditamento a Requerimento

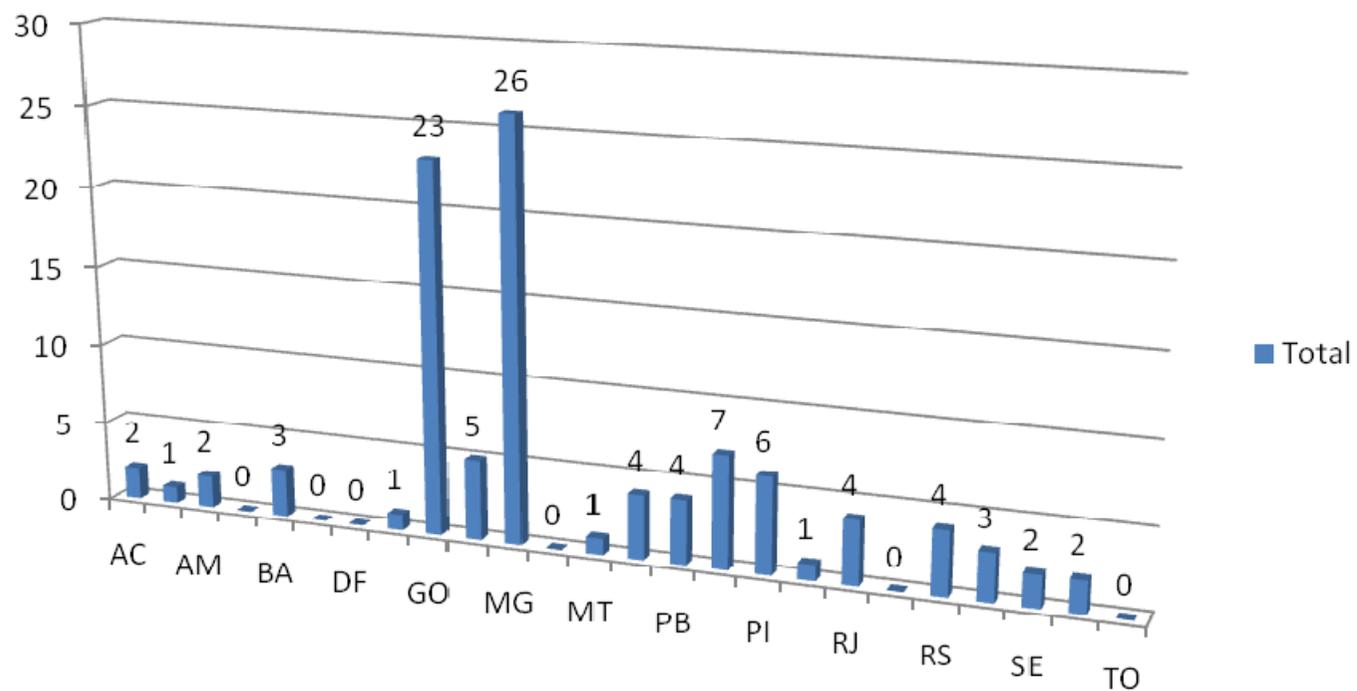
3. DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS



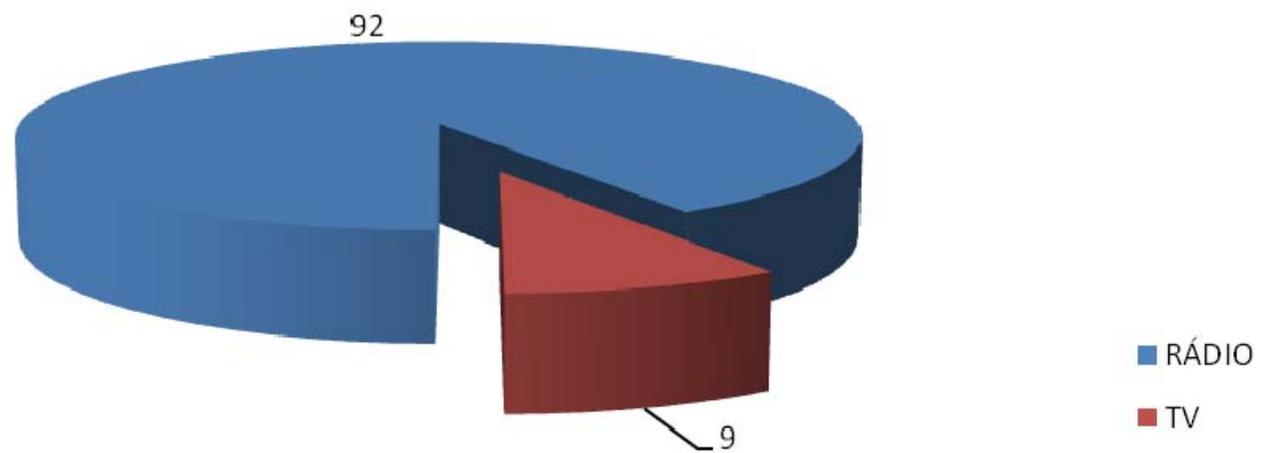
RELATORES AD HOC



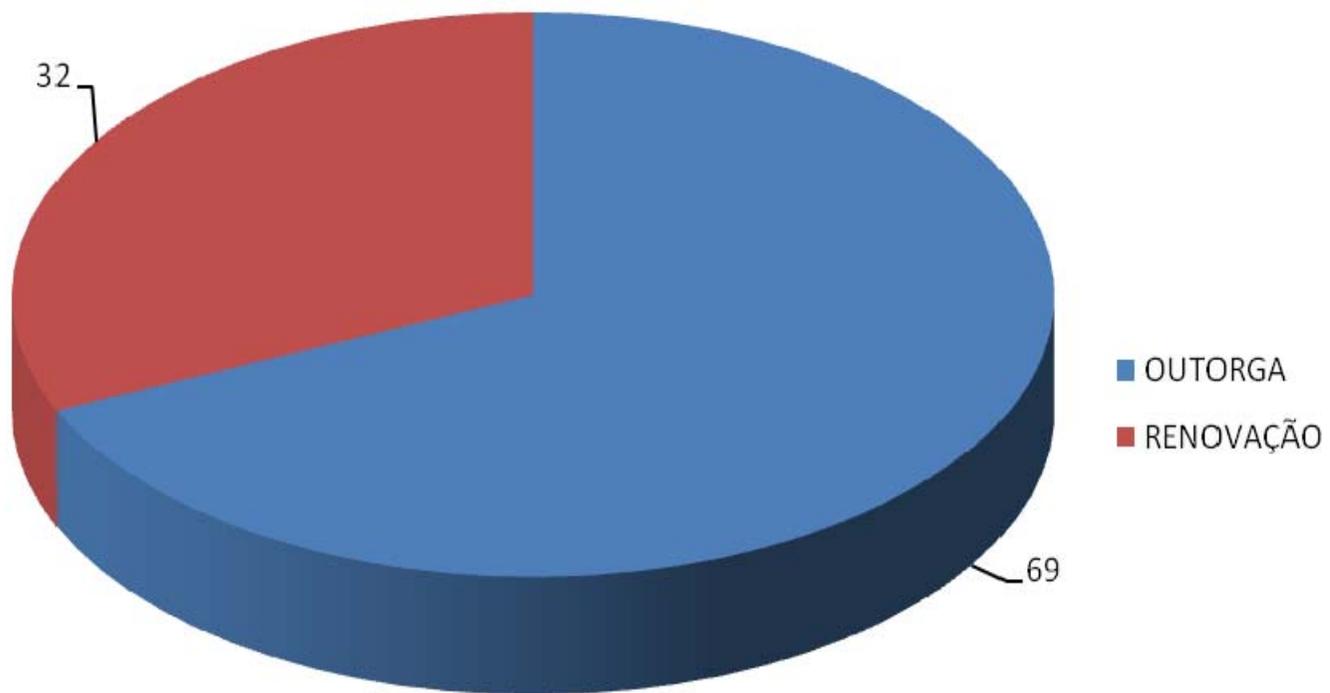
PDS aprovados por Unidade Federada



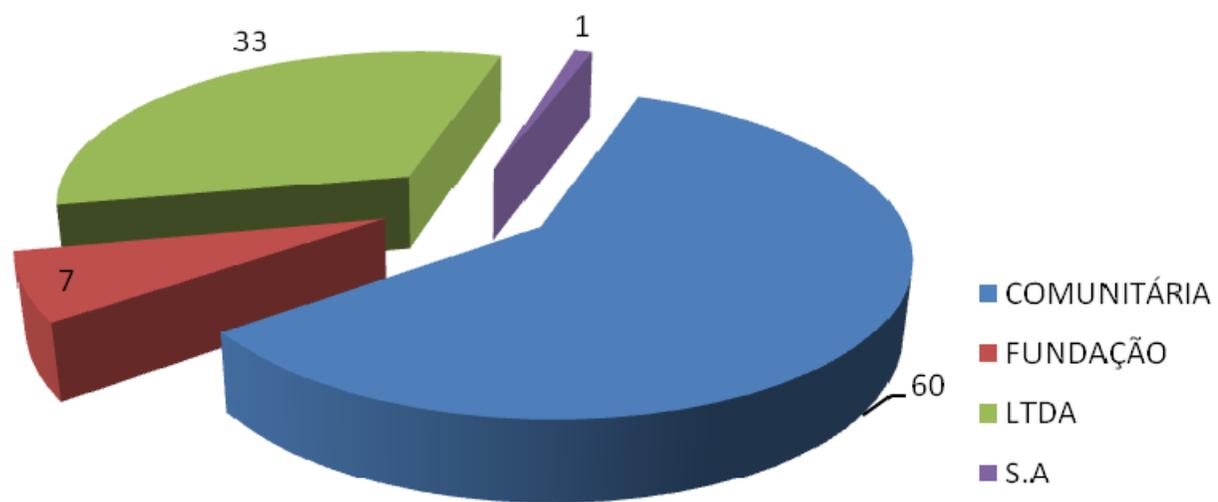
Radiodifusão de Sons e de Sons e Imagens aprovados



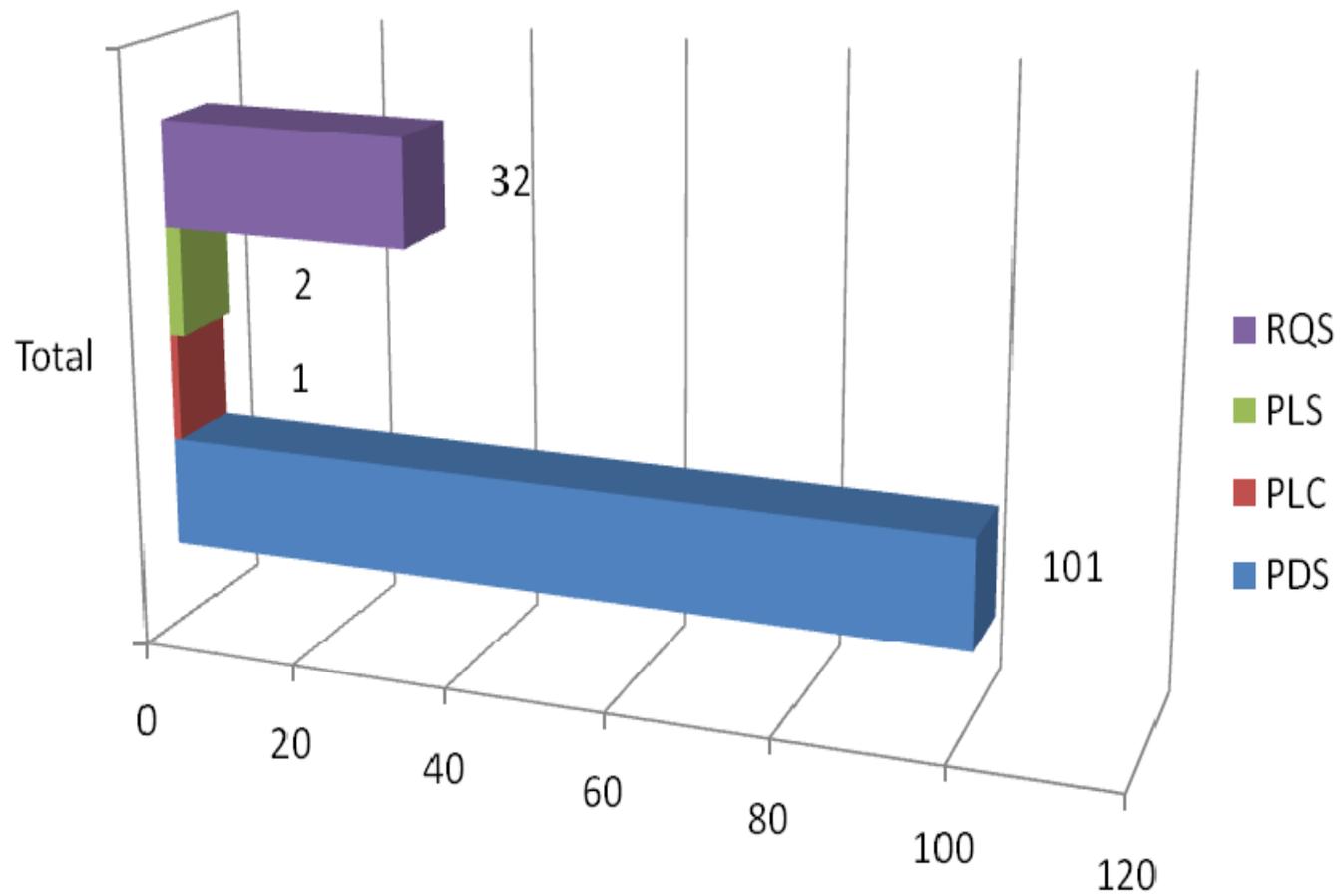
Outorga ou Renovação PDS aprovados



Natureza Jurídica dos Radiodifusores



Proposições Aprovadas



4. INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

DIA 02/03/11 – 1ª REUNIÃO



Na audiência de instalação da CCT, Senador Eduardo Braga, eleito Presidente

Tema: Instalação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Eleitos como Presidente, o Senhor Senador Eduardo Braga, e como Vice-Presidente, o Senhor Senador Gim Argello, para o biênio 2011-2012.

Eleito presidente da CCT, Eduardo Braga diz que Brasil deve usar commodities para financiar salto em ciência e tecnologia

A exportação de uma tonelada de circuito impresso equivale, em termos financeiros, à de 10 mil toneladas de soja. A comparação foi feita nesta quarta-feira (2) pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ao tomar posse como presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Ele foi eleito pela unanimidade dos 13 integrantes da CCT, juntamente com o vice-presidente, senador Gim Argello (PTB-DF). Braga disse que o Brasil deve usar a exportação de commodities e de produtos semi-elaborados para "reforçar sua musculatura e dar o grande salto de investimento em ciência e tecnologia". O senador observou que as nações que não têm um setor robusto de pesquisa e desenvolvimento dependem das outras até para manter as culturas agrícolas tradicionais: "sem as sementes e os defensivos mais avançados, a produtividade é insuficiente para alimentar a população". Ele lamentou a reprodução, no setor de ciência e tecnologia, das mazelas das desigualdades regionais: para cada mestre ou doutor existente no Amazonas, há 21 em São Paulo. Depois de ouvir o senador Pedro Taques (PDT-MT) fazer uma defesa do debate dos conhecimentos tradicionais das regiões brasileiras, Eduardo Braga concordou e disse que é importante pesquisar doenças negligenciadas, que afetam mais fortemente regiões pobres, como a malária. O novo presidente disse que a CCT deve contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico com o debate de proposições legislativas para vencer desafios. Um deles é o baixo investimento do setor

privado na área. Eduardo Braga observou que a pesquisa científica e tecnológica sempre esteve confinada a universidades públicas. Ele considerou necessário estimular o empreendedor a aplicar recursos em inovação, com apoio do Estado. Outra questão delicada, conforme o presidente da CCT, é a proteção da propriedade intelectual, para retirar o país da condição de "paraíso da falsificação". Citou como vítimas claras da indústria da pirataria setores como moda, vestuário e produção videofonográfica: - Basta percorrer as ruas de comércio popular de nossas cidades para conhecer a dimensão dessa economia paralela. Temos a obrigação de estabelecer legislação efetiva para combater a pirataria, e isso é trabalho também para esta comissão. Eduardo Braga anunciou que setores estratégicos, como telecomunicações, energia nuclear de uso pacífico, defesa nacional, meteorologia, energia e transportes estão no plano de trabalho da comissão para este ano. Ele quer também aprimorar a legislação que rege as agências reguladoras e fazer sabinas mais técnicas de seus dirigentes indicados pelo Executivo. O senador afirmou que a busca de solução para problemas como desmatamento, seca do semiárido e bacias hidrográficas que atravessam regiões de ocupação urbana constitui demanda constante de trabalho para o legislador e o administrador público. A CCT, garantiu, vai debatê-los e propor sua regulamentação.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 02 de março de 2011](#)

5. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DIA 16/03/11 – 3ª REUNIÃO



Na audiência da CCT, Ministro Paulo Bernardo, Senadores Eduardo Braga e Gim Argello

Tema: “Diretrizes e Programas Prioritários para os próximos dois anos”

Autoria do Requerimento n.º 01 de 2011 – CCT: Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro

CONVIDADO

✓ **PAULO BERNARDO**

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo: sem ICMS, banda larga pode cair a R\$ 29

A desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a banda larga poderá reduzir o preço da assinatura mensal de acesso à internet a R\$ 29,00, conforme afirmação do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), do governo federal, considera como banda larga velocidades de transmissão de dados a partir de 512 kbps. Paulo Bernardo defendeu a retirada do tributo sobre os serviços de internet rápida, durante audiência pública na manhã desta quarta-feira (15), na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT): - Isso não resultará em queda de arrecadação dos estados - frisou o ministro, explicando que, sendo o acesso à banda larga ainda muito restrito, não é significativa a arrecadação atual de ICMS sobre esse serviço. Paulo Bernardo apresentou aos senadores as ações prioritárias de sua pasta, entre as quais o Programa PNBL; os programas de inclusão digital; o avanço do processo de

implantação da TV digital; estudos para definir o marco regulatório das comunicações eletrônicas; e os planos de instalação de infraestrutura de comunicação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. No debate, o ministro foi cobrado quanto às metas de universalização dos serviços de telefonia, internet e radiodifusão. Ao agradecer a presença do ministro, o presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), lembrou as dificuldades de acesso enfrentadas pelos habitantes da região amazônica:

- Universalizar o acesso à informática é garantir diversas ferramentas para o desenvolvimento da população daquela região - disse, ao elogiar a forma como Paulo Bernardo vem conduzindo o ministério. Como prioridades para a radiodifusão, o ministro destacou a simplificação da burocracia nos processos de concessão de outorgas. Destacou ainda estudos no sentido de ampliar as sanções a empresas que descumprem a legislação do setor: - Hoje, as multas são de pequeno valor e uma emissora que descumpra a legislação tem uma multa, uma segunda multa, uma terceira e assim por diante. Queremos adotar um critério progressivo - informou, dizendo que a reincidência poderá, além de multas, acarretar em advertência ou até na cassação de autorização de funcionamento. Paulo Bernardo informou ainda que o ministério transferiu para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a tarefa de fiscalização dos serviços de radiodifusão, em aspectos técnicos e de conteúdo. Sobre o marco regulatório das comunicações eletrônicas, ele disse que está fazendo uma revisão da proposta elaborada na gestão anterior, devendo apresentar novo texto à presidente Dilma Rousseff: - Queremos fazer uma consulta pública, antes de enviar o anteprojeto ao Congresso - informou.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 16 de março de 2011](#)

Senadores do Norte e Nordeste cobram universalização da internet

Senadores que representam estados do Norte e do Nordeste cobraram do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, medidas para resolver dificuldades de acesso à internet enfrentadas por boa parte dos municípios dessas regiões. Para eles, a universalização da banda larga no país é hoje condição para a superação das desigualdades regionais no Brasil: - Universalizar, na Amazônia, é corrigir distorções históricas - frisou o senador João Pedro (PT-AM), em audiência pública com o ministro, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). No mesmo sentido, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apontou necessidade de investimentos em infraestrutura de comunicação, para que seja possível a integração dessas regiões às redes de informação hoje disponíveis. Já a senadora Ângela Portela (PT-RR) questionou o ministro quanto à exclusão de Roraima do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL):

- Há um tratamento [do ministério] diferenciado com relação aos estados - reclamou a senadora, cobrando do ministro providências para assegurar a seu estado acesso à política do governo de promoção da internet de alta velocidade. Na mesma linha, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) opinou que o governo deve disponibilizar formas de acesso à internet de acordo com as características das regiões: - Na Amazônia, por exemplo, o acesso da banda larga por fibra ótica tem limitações físicas e geográficas. É importante que também seja disponibilizada infraestrutura de acesso por satélite para essa região - observou. Em resposta, o ministro afirmou que está prevista uma revisão

do PNBL, quando então serão incluídos todos os estados brasileiros. Também destacou ações no sentido de ampliar as redes de fibra ótica, citando como exemplo a chegada a Manaus de linha que vem da Venezuela: - Com isso, o valor da assinatura passou de R\$ 412 a R\$ 39 - disse Paulo Bernardo. Também apontando restrições de acesso à internet no Acre, o senador Aníbal Diniz (PT-AC) pediu ao ministro que sejam intensificadas as cobranças junto às operadoras, para que estas cumpram os contratos. Problemas com as operadoras também foram apontados por Walter Pinheiro (PT-BA). Para ele, é preciso assegurar que os acordos feitos entre o governo e as empresas sejam cumpridos, de forma que seja possível reduzir os preços praticados, com melhor qualidade de serviços. A resistência das operadoras em fazer investimentos de infraestrutura em localidades menores também foi apontada pelos senadores João Ribeiro (PR-TO) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Ao saudar o ministro, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse esperar que Paulo Bernardo consiga ampliar o acesso à internet da forma verificada na telefonia móvel.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 16 de março de 2011](#)



Na audiência conjunta da CI, CMA e CCT, Laércio Antônio Vinhas(E), Senadores Lúcia Vânia, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Othon Luiz Pinheiro da Silva

Tema: “Debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares brasileiras e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre”

Autoria dos Requerimentos nº 2 e 3/11-CCT: Senadores Eduardo Braga e Lobão Filho

CONVIDADOS

✓ **LAERCIO ANTONIO VINHAS**

Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear – **CNEN**

✓ **OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA**

Diretor Presidente da **Eletronuclear**

Senado debate sistema para prevenir desastres nucleares

Com duas usinas nucleares em operação — Angra 1 e Angra 2 —, o país precisa ter um sistema de proteção à população, aos trabalhadores em atividades nucleares e ao meio ambiente. As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deverão votar o Projeto de Lei da Câmara 191/10, que prevê uma articulação, com esse objetivo, de agências e órgãos governamentais. Enviado ao Congresso Nacional em 20 de janeiro de 2004, o PLC cria o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), que pretende planejar, coordenar e executar as ações e providências no setor. O Sipron terá um órgão

central, vinculado ao governo federal. Participam ainda do Sipron órgãos de coordenação setorial, que são instituições federais responsáveis por energia nuclear, proteção da população, saúde do trabalhador e meio ambiente. O Presidente da CCT, onde o projeto de iniciativa do Poder Executivo terá decisão terminativa, senador Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que pretende reunir os integrantes da comissão para analisar os próximos passos quanto ao assunto. Diante das explosões nos reatores da usina de Fukushima Daiichi, no Japão, com riscos à saúde da população, Braga afirma que o debate sobre a segurança das usinas é muito oportuno. Mesmo afirmando que as usinas term nucleares em operação no Brasil apresentam tecnologia de segurança superior às de Fukushima Daiichi, o presidente da CCT disse que é preciso eliminar qualquer dúvida da população. Por isso, ele considerou essencial a comissão promover audiências públicas com especialistas para discutir o assunto. O senador pretende examinar o PLC 191/10 e "dar celeridade" à sua votação na CCT. Ele afirmou que é preciso assegurar à população, principalmente às pessoas que vivem perto das áreas das usinas, toda a proteção necessária.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 23 de março de 2011](#)

Angra está preparada para evacuação em acidente, diz presidente da Eletronuclear

Com a construção de embarcadouros e de helipontos em andamento, a região de Angra dos Reis (RJ), com cerca de 200 mil habitantes, poderá ter uma mega operação de evacuação em caso de acidente numa das usinas nucleares em funcionamento no município, afirmou ontem o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva. Ele participou de audiência conjunta promovida pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O objetivo da audiência foi debater o uso da energia nuclear e a segurança das usinas brasileiras. Segundo o presidente da Eletronuclear, um plano conjunto da Secretaria de Defesa Civil e da Comissão Nacional de Energia Nuclear prevê exercícios anuais de treinamento, com simulação de acidente. Othon Luiz afirmou que, a cada ano par, a população é chamada a participar desses exercícios, mas o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ter ligado para "muita gente" em Angra e todos negaram ter participado do treinamento. Outra providência adotada pela Eletronuclear, de acordo com seu presidente, foi o cadastro de todas as pessoas que estão num raio de 50 quilômetros da empresa. A empresa compartilha esse cadastro com as prefeituras da região, que o utilizam para atividades diversas, como o serviço médico. Lição Othon Luiz disse que o acidente na usina nuclear de Fukushima Daiichi, no Japão, deve servir de lição para o mundo. Uma lição óbvia, segundo ele, é que deve haver alternativa para a fonte auxiliar de energia — logo que uma central nuclear é desligada, o que aconteceu em Fukushima Daiichi após terremotos e tsunamis, ela precisa de energia externa, corrente alternada, para resfriar o reator. Ele afirmou que, num acidente com perda total de alimentação elétrica, como o ocorrido em Fukushima, um reator a água pressurizada (PWR), como os existentes nas usinas de Angra, permitiria que os operadores tivessem mais tempo

para o restabelecimento da energia do que um reator a água fervente (BWR), que equipa usinas da costa leste do Japão. Na questão da fonte auxiliar de energia, Othon Luiz disse que o Brasil "está bem na foto": ainda antes do acidente japonês, a Eletronuclear começou a estudar o plano de instalação de uma pequena central hidrelétrica exclusiva para fornecimento de energia à usina de Angra, exatamente o que faltou para resfriar os reatores em Fukushima. O presidente da Eletronuclear expôs aos senadores as zonas de maiores riscos de tsunamis: oito estão no mar Mediterrâneo e oito no oceano Pacífico, atingindo inclusive a costa oeste da América do Sul. O Brasil, segundo ele, está no meio de uma placa tectônica, com baixa probabilidade de ocorrência de um tsunami. Mesmo assim, salientou Othon Luiz, as centrais nucleares de Angra dos Reis têm quebra-mar de oito metros e estão situadas em um ponto muito acima de toda a região que poderia ser atingida por eventual tsunami.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 23 de março de 2011](#)



Na audiência conjunta da CCT e CMA, Luiz Pinguelli Rosa(E), Senadores Lúcia Vânia e Valdir Raupp

Tema: “Debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares brasileiras e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre”

Autoria dos Requerimentos nº 2 e 3/11-CCT: Senadores Eduardo Braga e Lobão Filho

CONVIDADOS

✓ **LUIZ PINGUELLI ROSA**

Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro – **UFRJ**

✓ **AQUILINO SENRA MARTINEZ**

Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro – **UFRJ**

Evacuação em caso de acidente nuclear tem de melhorar, dizem especialistas

O plano de evacuação da população no caso de um acidente nas usinas nucleares brasileiras em Angra dos Reis deve ser melhor formulado. Foi o que disseram nesta quarta-feira (23) os professores Luiz Pinguelli Rosa e Aquilino Senra Martinez, diretor e vice-diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na segunda parte da audiência pública para debater o Programa Nuclear Brasileiro e a segurança das usinas,

os dois professores também salientaram a necessidade de um local seguro para o depósito de rejeitos radioativos, de baixa, média e alta atividade. Um terceiro ponto abordado foi a necessidade de se manter geradores de energia para resfriamento da usina em local seguro, para evitar problemas como o que acontece agora na usina de Fukushima, no Japão. A audiência pública foi realizada em conjunto pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Serviços de Infraestrutura (CI); e de de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Os trabalhos foram dirigidos pela presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), auxiliada pelo presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Também apresentaram perguntas aos expositores os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Luiz Pinguelli Rosa afirmou que o plano de evacuação da população próxima às usinas de Angra chegou a ser secreto no governo militar: - Era como um edifício cujas saídas de incêndio eram secretas, para não causar nas pessoas medo de um incêndio - ridicularizou. O professor lembrou que o raio de exclusão inicialmente previsto, em caso de acidente, era de 15 quilômetros, mas posteriormente foi reduzido para cinco. Afirmou, no entanto, que é preciso "contar com um azar maior". Enfatizou que um plano de evacuação envolve as administrações federal, estadual e municipal. Já Aquilino Senra Martinez afirmou que os raios de evacuação "certamente vão ser rediscutidos, não só no Brasil, mas mundialmente". Afirmou que os padrões aceitos, até o acidente de Fukushima, estabeleciam evacuação até cinco quilômetros, com a recomendação de as pessoas se abrigarem dentro de casa até 15 quilômetros. No Japão, houve evacuação de 140 mil pessoas em um raio de até 30 quilômetros da usina. Para Pinguelli Rosa, a decisão imediata da evacuação pelas autoridades japonesas foi muito importante para evitar danos à população. Ele lembrou, no entanto, que o povo japonês é muito treinado e disciplinado, enquanto o brasileiro, além de indisciplinado, não tem o mesmo nível de treinamento. Disse também que as linhas de evacuação são bastante limitadas. Aquilino Senra Martinez lembrou aos senadores que o Congresso Nacional aprovou há alguns anos um projeto que dá à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a responsabilidade de projetar e construir depósitos para rejeitos radioativos de baixa e média atividade gerados pelas usinas nucleares. Para ele, basta que os parlamentares exijam o cumprimento daquilo que já foi aprovado. Mas afirmou que é preciso saber se a CNEN tem condições financeiras e técnicas para executar o que a Casa aprovou. E se há recursos, no orçamento da entidade, para isto. Já os rejeitos de alta atividade, para ele, devem ser deixados no complexo das usinas, onde já estão, devido a dificuldades de transporte e de se definir um local adequado para o colocação. Luiz Pinguelli Rosa afirmou que, quando inspecionou as usinas de Angra 1 e 2 anos atrás, alguns galpões utilizados como depósitos para rejeitos de baixa e média atividade eram adequados, mas outros, não. Enfatizou que nunca foi feito um depósito definitivo, apenas provisórios. Ele concordou que os rejeitos de alta atividade devem também ficar nas piscinas de resfriamento que já ocupam dentro do complexo da usina. As usinas nucleares precisam de água para sua refrigeração, por isso sempre se situam próximas do mar ou do leito de rios. As usinas nucleares da próxima geração já contam, em seus projetos, com medidas de resfriamento passivo. Mas as 440 usinas hoje em funcionamento no mundo

necessitam de geradores para bombear água para resfriar os reatores depois que estes são desligados, já que continuam a emitir energia e gerar calor. Do contrário, podem derreter, gerando reações químicas que, por sua vez, geram explosões que destroem os sistemas de contenção da usina e acabam por espalhar a radioatividade. A inoperância desses geradores externos foi o que gerou o problema em Fukushima:- É uma máquina rebelde: quando a gente desliga, ele continua funcionando - explicou Luiz Pinguelli Rosa. Para Senra Martinez, "é inaceitável" o que ocorreu no Japão, onde os geradores de emergência não puderam ser ligados para resfriar os reatores. Isto, segundo ele, irá provocar discussões mundiais sobre a questão. Afirmou que os parlamentares devem cobrar das autoridades brasileiras um plano para que os geradores estejam operáveis em quaisquer situações. Lindbergh Farias e Marcelo Crivella defenderam mais estudos sobre os quatro reatores nucleares que o governo brasileiro pretende construir. Argumentaram que a energia nuclear é responsável por apenas 2% da energia consumida no Brasil - no mundo, chega a 17%, e em países como a França, a 80% - e o Brasil tem uma matriz energética muito diversificada. O senador Rodrigo Rollemberg indagou se não seria melhor criar um programa de eficiência energética, envolvendo a população com campanhas para diminuir o consumo, do que criar novas usinas. Senra Martinez afirmou que a campanha, mesmo que gere uma grande economia, não irá "zerar" o aumento do consumo. Mas considera que as duas coisas não são excludentes: é preciso aumentar a eficiência energética, ao mesmo tempo em que se criam novas fontes de energia. Respondendo à senadora Lúcia Vânia, Pinguelli Rosa afirmou que o depósito construído na cidade de Abadia para guardar o material radioativo resultante da contaminação com o Césio 137 foi feito com competência técnica e que o socorro dado às pessoas contaminadas foi eficaz, no primeiro momento. Mas contestou o fechamento da Fundação Leide das Neves, criada para dar assistências às pessoas contaminadas por radiação, que hoje dependem somente da assistência do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele lamentou também que os responsáveis pela tragédia tenham ficado impunes, "por causa dessa Justiça esculhambada do Brasil".

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 23 de março de 2011](#)



Analisando a pauta os Senadores Walter Pinheiro(E), Ângela Portela e Cyro Miranda

Tema: “Discutir o Projeto de lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal”

Autoria do Requerimento nº 14/11 – CCT: Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro

CONVIDADOS

✓ **JORGE HAGE SOBRINHO**

Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU

✓ **PEDRO FREDERICO DE FIGUEIREDO GARCIA**

Conselheiro - Chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores – MRE

✓ **GUILHERME CANELA GODOI**

Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Regras para acesso a informações poderão ser votadas no Dia da Liberdade de Imprensa.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/10, que regula o direito dos cidadãos de acesso à informação, poderá ser votado no Plenário em 3 de maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. A previsão foi feita pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA), relator da matéria na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), durante audiência pública sobre o tema promovida nesta quarta-feira (13) pela CCT e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Em reunião da CCT que ocorreu logo após a audiência, Pinheiro apresentou voto favorável ao projeto, que deverá ser colocado em votação na próxima reunião da comissão. Ele alertou, porém, para a necessidade de se buscar uma solução para a redação do dispositivo que estabelece a criação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que poderia ser considerada inconstitucional - uma vez que caberia a cada um dos três Poderes adotar os procedimentos necessários de forma independente: - O maior problema é a modelagem para a constituição e funcionamento da comissão mista. A ideia em estudo seria a de separar as comissões dos três Poderes. Não temos como obrigar os três Poderes a se reunirem em uma só comissão - ponderou. Na abertura da audiência, o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, disse que a aprovação do projeto resolverá uma "dívida do país com a sociedade brasileira". A garantia de transparência nas informações do Estado, observou, poderá funcionar como o "melhor antídoto contra a corrupção". O ministro explicou ainda que o projeto estabelece regras e prazos para atendimento de pedidos de informação e sanções para o descumprimento desses pedidos. Ele pediu uma tramitação rápida para a proposta, a fim de permitir que "nosso país saia da posição de certo constrangimento no contexto internacional". O chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, afirmou que o projeto é compatível com o desejo do Itamaraty de "deixar de ser meramente passivo para entrar em uma fase de disseminar perante a sociedade o acervo de que tem guarda e gestão". Apenas no Rio de Janeiro, relatou, existem na sede local do ministério mais de 50 milhões de documentos sobre fatos ocorridos entre 1808 e 1960, ano da transferência da capital. Por sua vez, o coordenador de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Guilherme Canela Godoi, disse que o acesso à informação fortalece o poder dos cidadãos e deve ser definido como um direito humano. Ele informou que na Tailândia, onde se aprovou lei semelhante, ocorreram em três anos mais de 500 mil pedidos de acesso a informações. Após ouvir os três convidados, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT, observou que o "acesso à informação é fundamental para se ter mais controle da corrupção". Ao final da audiência, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) citou reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo para ressaltar a importância da aprovação do projeto de lei. Segundo a matéria, a Aeronáutica monitorou os passos de políticos e organizações de esquerda mesmo depois do fim do regime militar: - Esta lei marcará a conclusão de processo de transição democrática - previu.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 13 de abril de 2011](#)



Na audiência da CCT, Venício de Lima(E), Maurício A. Wanderley, Senador Eduardo Braga, Genildo L. Albuquerque, Ara Apkár Minassian e Antônio Carlos Fonseca

Tema: “Discutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de laranjas para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal”

Autoria do Requerimento nº 04/11 – CCT: Senador Aloysio Nunes Ferreira

CONVIDADOS

- ✓ **GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO**
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - **MC**
- ✓ **ARA APKAR MINASSIAN**
Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – **ANATEL**
- ✓ **MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY**
Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização e Desestatização do Tribunal de Contas da União – **TCU**
- ✓ **ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA**
Sub-Procurador-Geral da República (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal – **MPF**
- ✓ **VENÍCIO A. DE LIMA**
Professor Titular de Política da Universidade de Brasília – **UnB**

'Laranjas' em radiodifusão revelam falhas na fiscalização e na regulação do setor

Debate da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre o uso de sócios falsos ("laranjas") em licitações públicas para a compra de concessões de rádio e TV expôs, nesta quarta-feira (27), falhas na fiscalização desse processo e no marco regulatório do setor de radiodifusão. Mais do que ajustes na legislação atual, constatou-se ser necessário cumprir as normas já em vigor e se evitar que aspectos econômicos prevaleçam sobre os técnicos. Enquanto o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ainda ajustam os procedimentos de fiscalização do setor, desvios nos contratos de outorga de radiodifusão, seja pela identificação de sócios fictícios, seja pela transferência irregular de propriedade, vêm sendo encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF) e à Advocacia-Geral da União (AGU). Isso foi o que informou o secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério, Genildo Lins de Albuquerque Neto. Paralelamente, o Ministério das Comunicações decidiu suspender as licitações para outorga de rádios educativas e retransmissoras de TV. Segundo denúncia publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, agenciadores vêm negociando esse tipo de concessão pública, de caráter gratuito, via internet. Como explicou Genildo Albuquerque Neto, a comprovação de operações do gênero, bem como de transferência irregular de outorga, caracteriza crime de falsidade ideológica, punido, administrativamente, com a cassação da autorização. De acordo com o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara Apkár Minassian, a agência não tem poderes legais para interferir no processo licitatório de outorgas de radiodifusão. Assim, a interceptação de eventuais "laranjas" nesses contratos de concessão seria da alçada do Ministério das Comunicações. A atuação da Anatel no setor, acrescentou Minassian, restringe-se a cessar a transmissão de sinal para emissoras sem outorga reconhecida pelo Congresso Nacional ou que entraram ilegalmente no ar. De qualquer modo, o dirigente da agência confirmou as negociações com o Ministério das Comunicações para atuarem conjuntamente na fiscalização da radiodifusão. Essa maior aproximação entre o Ministério das Comunicações e a Anatel foi avaliada pelo representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Maurício Wanderley, como peça-chave no controle desse tipo de concessão pública. Segundo informou, a ação do tribunal se volta para a análise dos aspectos técnicos e econômicos envolvidos nas outorgas de radiodifusão, de forma não só a corrigir eventuais problemas, mas a preveni-los. E foi nessa linha de atuação que Maurício Wanderley sugeriu algumas medidas para aperfeiçoar os processos de concessão e fiscalização das outorgas. Uma melhor definição dos valores das outorgas, o enjugamento dos prazos das licitações (algumas se arrastam por dez anos) e a adequação de regras para melhorar a competição no processo são exemplos das recomendações feitas. Já o subprocurador-geral do Ministério Público Federal, Antônio Carlos Fonseca da Silva, acredita que mudanças constitucionais para ampliar o controle do Congresso sobre essas outorgas poderão reforçar o combate à concentração ilegal no setor. Assim, em vez de só homologar as outorgas, o Poder Legislativo poderia passar a ter a possibilidade de cassá-las na ocorrência de irregularidades. Para o

professor do Núcleo de Mídia e Política da Universidade de Brasília (UnB), Venício de Lima, esse debate também abre oportunidade para o Congresso encaminhar uma revisão geral da regulação do setor de comunicações. Os pontos críticos a serem atacados, em sua opinião, são a existência de normas diversas para serviços análogos; os prazos longos de concessão; regras que favorecem os concessionários e o "vínculo histórico" de parlamentares com as concessões de rádio e TV.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 27 de abril de 2011](#)

Senadores criticam descumprimento de normas de radiodifusão

Autor do requerimento de debate sobre desvios nas concessões públicas de rádio e TV, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) protestou contra a demora do Ministério das Comunicações em cumprir a legislação e impedir a participação de sócios falsos ("laranjas") nas licitações dessas outorgas. O debate foi realizado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Segundo assinalou, algumas recomendações de ajustes nesse processo foram feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2008, mas, até hoje, medidas importantes, como a estruturação da fiscalização com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ainda estão sendo estudadas. Além de criticar o que classificou como "mínimo de esforço" demonstrado pelo ministério para verificar a veracidade de documentos apresentados pelos concessionários, Aloysio Nunes apontou a "falta de rigor" na análise dos requisitos técnicos, afirmando que, em mais de 90% dos contratos de outorga, o que prevalece é o preço. Por fim, ele criticou a alegada disposição do Ministério das Comunicações de não considerar nulos atos irregulares detectados no curso da licitação, contrariando entendimento do TCU: - Fraude é uma nulidade insanável. Pau que nasce torto, morre torto -, disse Aloysio Ferreira. Em seguida, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) reforçou a crítica do professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Venício de Lima quanto à "vinculação histórica" entre políticos e concessões de rádio e TV. Convencido de que esse envolvimento pode causar "grande dano" à sociedade, o parlamentar sugeriu que essa participação fosse vetada numa eventual revisão do marco regulatório da radiodifusão. Cyro Miranda propôs ainda acionar a Receita Federal para avaliar a idoneidade financeira dos interessados nas licitações de outorgas de rádio e TV. A sugestão também recebeu o aval do presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), para quem a legislação já dá todos os instrumentos para se fazer uma análise criteriosa da situação financeira dos futuros concessionários e impedir transferências irregulares de concessão. Em linha de argumentação semelhante, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) acredita que, mais do que mudanças legislativas, o necessário é o cumprimento das regras já estabelecidas. O representante da Bahia discorda da proposta de o Congresso passar a cancelar a outorga de radiodifusão fraudada, defendendo que esse encaminhamento permaneça na alçada do TCU, do Ministério Público e do Poder Judiciário. Por outro lado, ajustes legislativos foram reivindicados pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Pedro Taques (PDT-MT). Flexa defendeu o resgate de emenda sua (derrubada em Plenário) a projeto que resultou na Resolução do Senado nº 11/08 - revisora das normas de outorga - destinada a dar

dez dias de prazo para contestação de outorga concedida ou renovada. E também a proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria tornando obrigatório o aval do Senado a transferências de outorga. Pedro Taques considerou necessário regulamentar o artigo 220, parágrafo 5º, da Constituição Federal para evitar a formação de oligopólios ou monopólios no setor de comunicações:- O sistema de comunicação não é uma atividade econômica, mas um bem público que deve ser regido por esses princípios. Os "laranjas" existem para burlar os oligopólios e monopólios proibidos pela Constituição. Isso é prejudicial ao Estado Democrático de Direito - sustentou.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 27 de abril de 2011](#)



Na audiência da CCT, Ministro Aloizio Mercadante e Senador Eduardo Braga

Tema: “Diretrizes e Programas Prioritários para os próximos dois anos”

Autoria do Requerimento n.º 01 de 2011 – CCT: Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro

CONVIDADO

✓ **ALOIZIO MERCADANTE**

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Brasil não deve se limitar à exportação de 'commodities', diz Mercadante.

O Brasil não deve se acomodar à condição de grande exportador de commodities, recomendou nesta quarta-feira (4) o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. Durante audiência pública realizada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ele disse que o Brasil deveria aproveitar a "janela de oportunidade" da exploração do petróleo do pré-sal - que poderá movimentar recursos de US\$ 5 trilhões - e promover um salto de desenvolvimento, com ênfase em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em sua exposição aos senadores, Mercadante alertou que o Ministério de Ciência e Tecnologia poderá perder R\$ 12,2 bilhões, até 2020, caso seja confirmada a distribuição de royalties. Royalty é

uma palavra inglesa que se refere a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização. No caso do petróleo, os royalties são cobrados das concessionárias que exploram a matéria-prima, de acordo com sua quantidade. O valor arrecadado fica com o poder público. Segundo a atual legislação brasileira, estados e municípios produtores - além da União - têm direito à maioria absoluta dos royalties do petróleo. A divisão atual é de 40% para a União, 22,5% para estados e 30% para os municípios produtores. Os 7,5% restantes são distribuídos para todos os municípios e estados da federação. Para ele, é "evidente" que os estados e municípios produtores devem ter tratamento diferente na distribuição dos royalties, assim como será necessária uma distribuição "mais generosa" dos recursos para todo o país, considerando especialmente o proposto para o pré-sal. Alertou, porém, para o "erro histórico" que seria o uso desses recursos desvinculado de um projeto para as próximas décadas: - Dependendo da decisão do Senado [que ainda avaliará o tema], ficaremos fora da agenda do futuro - advertiu Mercadante. O maior desafio do país, na opinião do ministro, é o de colocar ciência, tecnologia e inovação como "eixos estruturantes do desenvolvimento". Com a urbanização e o crescimento econômico da Ásia, observou, o Brasil estará "bem posicionado" como grande exportador de commodities e alimentos. Mas o país, a seu ver, deve "avançar em direção à sociedade do conhecimento e transitar para uma economia de baixo carbono e sustentabilidade". Mercadante defendeu a criação de um órgão voltado à indústria nos mesmos moldes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ele observou que, nas áreas em que o Brasil investiu em inovação, o país tornou-se competitivo. O ministro citou os exemplos da própria Embrapa, do Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes) e do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA). Ele defendeu ainda a atração de centros de pesquisa de empresas estrangeiras e reiterou a informação de que, em breve, estará funcionando no Brasil uma fábrica de smartphones e tablets. Ao relatar inovações que tem visto em vários países do mundo, Mercadante citou a instalação de postes de luz que utilizam energia eólica e solar, em uma experiência que, a seu ver, poderia ser reproduzida no Brasil, inclusive com a instalação de luminárias de led, mais eficientes que as atuais. Ele defendeu também a instalação de uma rede inteligente de energia, que permitirá, por exemplo, programar o uso da máquina de lavar roupa para o período do dia em que houver menor custo de energia. O ministro propôs o lançamento de um diálogo com os demais países amazônicos sobre a possibilidade de lançamento de um satélite dedicado exclusivamente ao fornecimento de Internet em banda larga para as populações do interior da Amazônia, que não são alcançadas pelas redes de fibras óticas. Entre os "grandes desafios" da pasta para os próximos anos, ele mencionou a transformação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em um banco público de inovação e a criação de novos fundos setoriais, em setores como o financeiro, construção e mineração. O presidente da comissão, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu o lançamento do satélite sobre a Amazônia e a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para "viabilizar a banda larga em regiões emergentes do Brasil". O vice-presidente da CCT, Gim Argelo (PTB-DF), elogiou a preocupação de Mercadante com as "gerações futuras". O senador

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu maiores investimentos na pesquisa de novos medicamentos a partir da biodiversidade da Amazônia. Por sua vez, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) demonstrou preocupação com o atraso no programa espacial brasileiro. A instalação de postes movidos a energia solar e eólica foi elogiada por Cícero Lucena (PSDB-PB). O senador Walter Pinheiro (PT-BA) sugeriu que a iniciativa seja incluída no programa Luz para Todos, do governo federal. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) relatou a dificuldade em levar fibras óticas à margem esquerda do rio Amazonas e beneficiar com banda larga estados como o Amapá. Por sua vez, Anibal Diniz (PT-AC) disse que o estado do Acre busca a construção de uma economia de "baixo carbono e alta inclusão social".

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 04 de maio de 2011](#)



Na audiência da CCT, Glauco Arbix(E), Senador Eduardo Braga e Rafael Lucchesi

Tema: “Desafios da Inovação no Brasil”

Autoria do Requerimento nº 17, de 2011 – CCT: Senadores Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Gim Argello, Ivo Cassol e Rodrigo Rollemberg.

CONVIDADOS

✓ **GLAUCO ARBIX**

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

✓ **RAFAEL LUCCHESI**

Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI

Grupo de trabalho vai elaborar projetos sobre inovação tecnológica

Ao final das oito audiências públicas que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realizará sobre "Jornada pela Inovação", será formado um grupo de trabalho para consolidar em propostas legislativas os resultados obtidos. A informação foi dada nesta quarta-feira (25) pelo presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), durante a realização do primeiro debate do ciclo, que teve como tema "Desafios da Inovação no Brasil": - Serão propostas para avançar em recursos, reestruturação financeira da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] e outras estruturas na área da Ciência e Tecnologia, para que possa culminar em uma mudança

efetiva no marco regulatório de ciência e tecnologia - afirmou o presidente da CCT. Para Walter Pinheiro (PT-BA), essas audiências públicas são importantes para que o Brasil possa estabelecer efetivamente a questão entre desenvolvimento, pesquisa e inovação tecnológica como elementos estruturantes para o desenvolvimento do país. Na opinião do parlamentar, o Brasil deveria estar preocupado em construir uma política de recursos humanos visando à "acumulação de conhecimento para aplicação em inovação". Pedro Taques (PDT-MT) registrou que o Brasil "não pode ficar atrás em inovação tecnológica" e Aníbal Diniz (PT-AC) afirmou que a Região Amazônica precisa da inovação em ciência e tecnologia para acabar com o desmatamento.

- Nós só vamos lograr sucesso na preservação das nossas florestas se tivermos inovação tecnológica para dar condições àquele povo para não mais desmatar. Hoje, eles não têm alternativa - destacou Aníbal Diniz. Já Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou ser preciso levar esse debate sobre transformação tecnológica a todo o Parlamento, para que "possamos efetivamente construir um ambiente de inovação no nosso país".

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 25 de maio de 2011](#)

Inovação tecnológica no centro da agenda de desenvolvimento do país

Em audiência na CCT, debatedores pedem mais recursos para inovação, estímulos para universidades e fortalecimento das empresas. Parlamentares destacam ainda a importância da ciência e tecnologia para a preservação ambiental para que a economia nacional seja mais competitiva, o Brasil deve colocar a inovação tecnológica — com mais recursos e foco no fortalecimento das empresas — como prioridade na sua agenda de desenvolvimento. O alerta foi feito por dois cientistas que participaram da audiência pública sobre desafios da inovação no Brasil, promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Para o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix, a inovação não é uma escolha a ser feita, mas uma necessidade.— Os países que não conseguirem ter uma economia inovadora e não estimularem as empresas e as universidades a inovar estrategicamente, serão passados para trás e batidos pela concorrência — disse Arbix. Para ele, os países em desenvolvimento não devem ser meros copiadouros ou compradores de tecnologias. A Finep, segundo explicou, sustenta o Sistema de Pesquisa Universitário e incentiva a inovação nas empresas, por meio de programas específicos e recursos que têm aumentado desde 2003, até alcançar o patamar de cerca de R\$ 3 bilhões em 2010. Mesmo assim, são, segundo Arbix, "recursos absolutamente insuficientes para a tarefa que o Brasil tem pela frente de transformar sua economia em algo mais inovador". Para o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o economista Rafael Lucchesi, o Brasil precisa ainda criar uma mobilização empresarial pela inovação, um movimento que vise colocar a inovação no centro das estratégias empresariais. Lucchesi defende que a agenda de desenvolvimento e inovação brasileira precisa ampliar investimentos e fazer uma mobilização conjunta entre o setor privado, o governo e a sociedade, todos voltados para o entendimento de que "a inovação tem que estar no centro do desenvolvimento".

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 25 de maio de 2011](#)



Na audiência da CCT, Magdiel Santos(E), Marivaldo C. Pereira, Senador Eduardo Braga e Demi Getschko

Tema: “Debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal”

Autoria dos Requerimentos nº 8, 9, 10 e 20/11 – CCT: Senadores Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro.

CONVIDADOS

- ✓ **MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA**
Secretário de Assuntos Legislativos do Ministro da Justiça - **MJ**
- ✓ **DEMI GETSCHKO**
Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do **Ponto BR**
- ✓ **MAGDIEL SANTOS**
Presidente da Associação da **Rede Global Info** de Provedores
- ✓ **CAROL ELIZABETH CONWAY**
Integrante do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais – **ANJ**

Em três anos, todos os brasileiros estarão nas redes sociais?

Em 2014, praticamente 100% dos usuários da internet no Brasil integrarão alguma rede social. A previsão foi feita pelo diretor do núcleo de informação e coordenação do Ponto BR, do Comitê Gestor da Internet (CGI), Demi Getschko, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nesta quarta-feira (8). De acordo com Demi Getschko, hoje 67% dos brasileiros participam de pelo menos uma rede social. Ainda segundo o diretor do Ponto BR, as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste têm os maiores percentuais de internautas. Mas Nordeste e Norte são as regiões que apresentam maiores percentuais de participantes de redes sociais, de 79% e 70% respectivamente.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 8 de junho de 2011](#)

Combate a ilícitos na internet gera polêmica

O combate a ilícitos na internet deve atingir apenas os responsáveis finais, com a preservação dos meios de acesso e de disseminação? O princípio da inimputabilidade da rede, um dos pontos do Marco Civil da Internet, provocou polêmica em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) nesta quarta-feira (8). Em elaboração pelo Ministério da Justiça, depois de consulta à sociedade, o projeto deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional nos próximos dias, segundo informou o secretário de Assuntos Legislativos Marivaldo de Castro Pereira, um dos participantes da audiência pública. O exemplo clássico da aplicação desse princípio é a ação judicial em que uma conhecida apresentadora de TV tentou impedir o YouTube de veicular vídeo de suas cenas de sexo com o namorado em uma praia espanhola, em agosto de 2006. Ela ainda propôs ação de indenização contra o site, negada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A inimputabilidade da rede foi defendida pelo diretor do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, do Comitê Gestor da Internet (CGI), Demi Getschko; pelo presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, Magdiel Santos; e pela representante da Associação Nacional de Jornais, Carol Conway. O senador Pedro Taques (PDT-MT) comparou a situação com a do sistema financeiro, que, conforme afirmou, sempre fugiu à responsabilidade pelos crimes de lavagem de dinheiro. Mas hoje, de acordo com o parlamentar, é possível responsabilizar também o banco pelos atos ilícitos de seus clientes. Ele defendeu o mesmo entendimento para a internet. Demi Getschko disse que não se deve destruir uma estrada pela qual transitam contrabandistas, assim como não se pode responsabilizar a companhia telefônica porque alguém usou o telefone para passar um trote ou tramar algum crime. O presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou que, de fato, não se deve destruir a estrada por onde transitam contrabandistas, mas é preciso colocar a polícia lá para reprimir o crime. Sem leis, segundo ele, isso não seria possível - razão pela qual considerou fundamental estabelecer regras que coloquem a internet a serviço de um mundo mais justo e de um futuro melhor. O senador Aníbal Diniz (PT-AC) elogiou os dez princípios que devem reger a internet, estabelecidos pelo CGI, e disse que devem ser criados mecanismos

para identificar o criminoso final, preservando a estrutura tecnológica que, segundo ele, pode ser usada para o bem ou para o mal. O deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a aprovação Projeto de Lei 84/99, do qual é relator na Câmara dos Deputados. Esse projeto tipifica diferentes crimes praticados com o uso da rede mundial de computadores. Azeredo apontou uma escalada de crimes cibernéticos, citando inclusive o roubo de dados de usuários da base do PlayStation Network, da Sony. Mas Demi Getschko disse que não foi a ausência de leis que facilitou o roubo dos dados da Sony. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) pediu mais empenho do Brasil nas discussões sobre o comércio eletrônico, afirmando que todas as regras sobre o assunto foram definidas pelos Estados Unidos. Um dos autores do requerimento para a audiência, Pinheiro disse o Brasil tem posição tímida nesse assunto.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 8 de junho de 2011](#)



Na audiência conjunta CMA, CCJ, CCT, CAE, CE, Senadores Rodrigo Rollemberg(E), Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Delcídio do Amaral e Roberto Requião

Tema: “Debater o PLC N° 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado.”

Autoria dos Requerimentos n° 15 e 24, de 2011-CCT: Senador Eduardo Braga

CONVIDADOS

- ✓ **MANOEL RANGEL**
Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – **ANCINE**
- ✓ **JOÃO CARLOS SAAD**
Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – **ABRA**
- ✓ **LUCIANA FERRI SOBROSA DE MELLO**
Diretora Jurídica da Home Box Office – **HBO**
- ✓ **MARCOS ALBERTO SANTÁNNA BÍTELLI**
Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – **ABPTA**

- ✓ **FRANCISCO MISTRORIGO**
Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – **ABPI-TV**
- ✓ **ARA APKAR MINASSIAN**
Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – **ANATEL**
- ✓ **EVANDRO GUIMARÃES**
Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – **ABERT – Organizações GLOBO**
- ✓ **DANIEL PIMENTEL SLAVIERO**
Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – **ABERT – SBT**
- ✓ **MARCIO NOVAES**
Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – **ABERT – Record**
- ✓ **JOSÉ FRANCISCO DE ARAUJO LIMA NETO**
Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – **ABTA**
- ✓ **EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA**
Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – **TELEBRASIL**

Entrada de teles no mercado de TV por assinatura gera polêmica no Senado.

A abertura do serviço de TV por assinatura à exploração das teles já vem sendo promovida pela Anatel. Agências reguladoras de telecomunicações e de cinema aprovam a unificação legal prevista no projeto em exame na Casa. A audiência que o Senado realizou sobre o PLC 116/10 reproduziu a polêmica que vem acompanhando o assunto. Além de contrapor os segmentos de telecomunicações — que pretende explorar o serviço de TV por assinatura — e o de radiodifusão, que atualmente domina esse mercado, a proposta estabelece cotas para a produção audiovisual brasileira. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apoia o projeto, com o argumento de que a abertura do mercado às teles pode ampliar a oferta do serviço, melhorar sua qualidade e reduzir os preços cobrados. A agência reguladora, aliás, já vem promovendo a abertura do mercado de TV por assinatura — iniciativa que foi criticada por vários participantes da audiência, como o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ele argumenta que as medidas adotadas pela Anatel se sobrepõem às discussões sobre o PLC 116/10. Eunício é o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que preside. O projeto também é defendido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Além de reiterar "a escassez de oferta e os altos preços do serviço", o diretor-presidente da agência, Manoel Rangel, declarou que "sem esse marco regulatório, não haverá segurança jurídica para o setor". O projeto unifica a legislação

para todas as formas de TV por assinatura — além do cabo, a transmissão também pode ser feita via satélite ou por microondas. Atualmente, operadoras de telefonia como Telefônica, Embratel e Oi não podem participar da TV a cabo, mas oferecem o serviço via satélite. Entre os senadores que apoiam a proposta estão Eduardo Braga (PMDB-AM) e Walter Pinheiro (PT-BA). Para Eduardo Braga, que é presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), um dos subprodutos do novo marco regulatório seria a ampliação da oferta da internet de banda larga, com a possível redução nos preços cobrados. Durante a audiência, o representante das Organizações Globo, Evandro Guimarães, defendeu a aprovação do PLC 116/10 sem qualquer alteração, em particular no que se refere aos artigos 5º e 6º — que impedem as teles de produzir conteúdo. Evandro argumentou que isso é necessário, inclusive, para a identidade cultural do país.

[Jornal do Senado, Edição de quinta-feira 16 de junho de 2011](#)

DIA 29/06/11 – 23ª REUNIÃO



Na audiência Rajiv Mehrotra e Senador Eduardo Braga

Tema: “Experiências na Índia e em outros países com a instalação de Internet Banda Larga para redes rurais”

Autoria do Requerimento n.º 25 de 2011 – CCT: Senador Cyro Miranda

CONVIDADO

✓ **RAJIV MEHROTRA**

Chairman e CEO da Vihaan Networks Limited – VNL

Empresário indiano diz que pode levar banda larga e telefonia celular a áreas rurais

Implantar internet banda larga e telefonia móvel em todos os municípios brasileiros, inclusive em comunidade rurais, a preços acessíveis: essa é a proposta do empresário indiano Hajiv Mehrotra, presidente da Vihaan Networks Limited, empresa especializada em telefonia celular para comunidades rurais. A convite da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o empresário expôs aos senadores, na manhã desta quarta-feira (29), a experiência da Índia e de outros países na utilização da internet banda larga e telefonia celular em áreas rurais, usando energia solar, como forma de resolver problemas de infraestrutura em regiões remotas. Em sua exposição, o empresário teve o auxílio de uma intérprete. Mehrotra disse que o Brasil poderia adaptar-se facilmente a essa tecnologia utilizando as próprias antenas convencionais nacionais, que, acopladas às desenvolvidas por sua empresa, transmitiriam o sinal sem a necessidade de energia elétrica ou cabeamento interno: - Cada antena nossa funcionaria como um guarda-chuva , com cobertura por 20 a 30 quilômetros, de forma que, com quatro a cinco torres, pode-se atingir uma área de até 150 quilômetros até mesmo para dentro de florestas - disse o indiano. Ao final da exposição, o presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que várias universidades e instituições brasileiras que lidam com tecnologia estão interessadas no desenvolvimento dessa tecnologia. Disse ainda que vai marcar uma reunião com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para que ele conheça o projeto desenvolvido na Índia. Autor do requerimento para a realização da audiência pública, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) destacou a oportunidade de intercâmbio tecnológico. Nesta quarta, a CCT aprovou também a realização de uma audiência para discutir a possível licitação da faixa de 450 MHz, com vistas a oferecer telefonia rural e internet às regiões agrícolas do país. Também foram aprovados pela CCT nesta quarta 11 projetos de decreto legislativo de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária em diversas cidades brasileiras.

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 29 de junho de 2011](#)



Na audiência, Senador Walter Pinheiro (acima), Marcio Pochmann(E), Helena B. Nader, João de Deus Medeiros, Senador Eduardo Braga, Roberto Lorena, Carlos Afonso Nobre, e Elíbio Leopoldo Rech.

Tema: “Debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação”

Autoria do Requerimento n.º 23 e 27/11 – CCT: Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Pedro Taques Valdir Raupp e Walter Pinheiro.

CONVIDADOS

✓ **CARLOS AFONSO NOBRE**

Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – **MCT**

✓ **JOÃO DE DEUS MEDEIROS**

Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**

✓ **ROBERTO LORENA**

Coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**

✓ **HELENA BONCIANI NADER**

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – **SBPC**

✓ **ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO**

Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – **ABC**

✓ **MARCIO POCHMANN**

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **IPEA**

Código Florestal deve criar condições para a agricultura sustentável, dizem cientistas.

Ao mesmo tempo em que precisa ajudar o Brasil a atender à demanda mundial por alimentos, que deve dobrar até 2050, a reforma do Código Florestal (PLC 30/11) deve abrir caminho para um novo modelo de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade. Esta foi a principal conclusão de representantes do meio acadêmico em audiência pública realizada nesta quarta-feira (6) pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Nobre, lembrou que a agricultura sustentável já pode ser considerada novo paradigma de desenvolvimento em todo o mundo. O Brasil, a seu ver, "não deve ficar fora disso". O próximo Plano Plurianual de Investimentos (PPA), informou, deverá conter um programa de incentivo à recuperação de áreas degradadas, por meio do qual futuras pastagens se tornariam "sorvedoras de carbono". Ele defendeu a agricultura de baixo carbono e a utilização econômica do grande potencial da biodiversidade brasileira: - Podemos ter uma economia do século 21 diferenciada, onde o Brasil é líder. O código tem que sinalizar para o futuro do país, não pode olhar só o passado - afirmou. A importância da preservação do meio ambiente para a agricultura foi ressaltada também pelo diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros. O desaparecimento de espécies de abelhas, informou, está causando impacto à atividade agrícola em várias partes do país. Ele citou o caso da produção de maracujá, na qual a polinização vem sendo feita manualmente pelos produtores. A isenção da obrigatoriedade de recuperação de reserva legal por pequenos produtores, prevista no projeto do novo código, foi defendida pelo coordenador de acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária do Ministério da Agricultura, Roberto Lorena. A isenção, disse ele, representaria "menos que uma gota no rio" e não faria diferença no aquecimento do planeta. A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Bonciani Nader, demonstrou maior preocupação com o tema. Ela advertiu que a aprovação do projeto atual poderá "resultar em maior degradação ambiental e reduzir instrumentos de proteção de florestas remanescentes". Da mesma forma, Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), afirmou que o país precisa intensificar a produção de alimentos de forma sustentável. O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, alertou que o Brasil tem diante de si um "momento singular", em que um novo código será aprovado pela primeira vez durante um período democrático. Ele

recordou que as maiores possibilidades de aumento da produção de alimentos no mundo estão na África e na América. O Brasil, observou, concentra um quarto da área disponível para isso e assume, dessa forma, "relevância inimaginável" no mundo. O presidente da comissão, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), ressaltou que o novo código não deve ser dos ruralistas ou dos ambientalistas, mas de todo o Brasil. Em sua opinião, os produtores deveriam receber incentivos à manutenção de reservas legais e áreas de proteção permanente (APP): - Se a reserva legal e as APPs deixarem de ser um passivo e passarem para a coluna do ativo, deixarão de ser um problema - sustentou Braga. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que o novo código poderá ser "importante ferramenta" para a nova etapa de crescimento do país. O senador Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a importância das novas tecnologias na busca de uma produção agrícola mais sustentável. Por sua vez, o senador Ivo Cassol (PP-RO) disse não aceitar que o setor produtivo fique "à mercê de intelectuais ambientalistas, como se fôssemos bandidos".

[Jornal do Senado, Edição de quarta-feira 06 de julho de 2011](#)



Na audiência, Maximiliano S. Martinhão(E), Senador Gim Argello e Roberto P. Martins

Tema: “Discutir sobre a possível licitação da Faixa de Rádiofrequência de 450 MHz, com vistas a oferecer cobertura telefônica e de Internet às regiões rurais e menos habitadas do País”

Autoria do Requerimento n.º 26 /11 – CCT: Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro

CONVIDADOS

✓ **MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO**

Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MC

✓ **ROBERTO PINTO MARTINS**

Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

Licitação para comunicação no meio rural privilegiará menor preço ao consumidor

O menor preço ao consumidor final será um dos critérios para a definição dos vencedores de uma licitação a ser promovida até abril de 2012 pelo governo federal

para levar serviços de telecomunicações por meio da faixa de 450 MHz, de voz e dados, à população rural do Brasil. A informação foi transmitida aos senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) por técnicos do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que participaram nesta quarta-feira (13) de audiência pública da comissão sobre o tema.

A busca do menor preço ao consumidor final é uma das recomendações de decreto presidencial que define as metas de atendimento do público rural, como informou o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Salvadori Martinhão. A nova política, adiantou, permitirá levar telefones de uso público a escolas e postos de saúde rurais, além de comunidades remanescentes de quilombos, unidades de conservação ambiental e aldeias indígenas. Segundo o secretário, vários países de grandes dimensões, como a Rússia e o México, já optaram pela faixa de 450 Mhz para atender a suas áreas rurais. Essa faixa de frequência, explicou, permite alcançar áreas maiores com maior eficiência e redução de custos. A implantação do serviço, informou ainda o secretário, deverá ser acompanhada de medidas de política industrial destinadas a estimular a fabricação de equipamentos de recepção de voz e dados no país: - A gente está estabelecendo uma estratégia firme para acelerar as telecomunicações no Brasil rural - afirmou Martinhão. O superintendente de Serviços Públicos da Anatel, Roberto Pinto Martins, considerou um "enorme desafio" levar serviços de telecomunicações ao meio rural. No Brasil, recordou, menos de 1% do território é ocupado por aglomerações urbanas. Nos 99% restantes do território, acrescentou, vivem 15% dos brasileiros, que atualmente são atendidos de forma precária: - Damos agora passos definitivos para o atendimento, por meio de política pública efetiva, a um segmento da população brasileira que, se não completamente, ficou pelo menos 95% desatendido durante todo esse período que convivemos com a mudança da política de telecomunicações no Brasil. Se há um segmento que o Brasil deixou de atender foi o rural, apesar da sua importância econômica e social - disse Martins. Devido às características especiais do meio rural, observou o superintendente, optou-se por uma faixa de frequência que permite alcançar áreas geográficas extensas e uma população dispersa. A faixa de 450 Mhz tem uma largura relativamente pequena, quando comparada a outras faixas, admitiu, mas seu potencial de propagação e cobertura é adequado para os objetivos de universalização de serviços de telecomunicações. Durante o debate, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) sugeriu que o leilão da nova faixa estimule parcerias com os estados brasileiros. Em sua opinião, não basta instalar orelhões nos postos de saúde. Por meio da nova faixa, indicou, poderiam ser oferecidos serviços de telemedicina, por meio dos quais se tornasse possível a transmissão de prontuários de pacientes e de exames clínicos. Da mesma forma, acrescentou, poderiam ser oferecidos serviços de educação a distância, como a capacitação de professores. A reunião foi presidida pelo senador Gim Argelo (PTB-DF).

6. – PROPOSIÇÕES APRECIADAS

6.1. PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (TERMINATIVO)

DIA 11/05/2011 – 14ª REUNIÃO

PLS Nº 157, de 2010, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Proíbe a produção e a comercialização de equipamentos eletrônicos que possuam dispositivo capaz de permitir a opção pelo modo de espera em sua operação.” **RELATORIA:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Pela rejeição do Projeto. **RESULTADO:** Rejeitado o Projeto.

6.2.– PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (NÃO TERMINATIVO)

DIA 01/06/2011 – 17ª REUNIÃO

PLS Nº 291, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet.” **RELATORIA:** Senador Eunício Oliveira. **PARECER:** Pela prejudicialidade do Projeto. **RESULTADO:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade do Projeto.

6.3. – PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC (NÃO TERMINATIVO)

DIA 19/04/2011 – 10ª REUNIÃO

PLC Nº 41, de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.” **PARECER:** Favorável ao Projeto. **RESULTADO:** Aprovado o parecer favorável, com as emendas de redação n.ºs 01, 02, 03 e 04 – CCT/CDH

6.4. – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO (PDS)

DIA 11/05/2011 – 14ª REUNIÃO

PDS Nº. 382, de 2007, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITÁRIA DO SÃO GABRIEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 248, de 2008, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE GRAVATÁ - ASCOMG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravataá, Estado de Pernambuco.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 24, de 2009, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 178, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AGROVILA - SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE - ASSMOBAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.” **RELATORIA:** Senadora Ângela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 253, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO VALE DO XINGU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso.” **RELATORIA:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 301, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 375, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CASA DA CULTURA DO SERTÃO MORRO DA GARÇA/MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 378, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO CAMACHENSE DE APOIO À CULTURA - FUCAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camacho, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 379, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCATIVA DE BURITIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 380, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PINGO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pingo d'Água, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 471, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MIMOSO DE GOIÁS-GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 548, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém do São Francisco, Estado de Pernambuco.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 602, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO GÊNESES FM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.” **RELATORIA AD HOC:** Senadora Ângela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 624, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL SÃO SEBASTIÃO DOS CAMPOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 625, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E INTEGRAÇÃO CULTURAL DE MARIBONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maribondo, Estado de Alagoas.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 680, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HB FM 103,5 DE JEQUITAÍ-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequitaí, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senadora Ângela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 681, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA VIADUTENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 684, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DA NASCENTE DO RIO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 16, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 17, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SNC - SISTEMA NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marabá, Estado do

Pará.” **RELATORIA:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 18, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DO PARÁ PRC-5 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.” **RELATORIA:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 21, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO SUL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Alegre, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Gim Argello. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 27, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPIRANGA DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga de Goiás, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 18/05/2011 – 15ª REUNIÃO

PDS Nº. 48, de 2008, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE LITORÂNEA DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 321, de 2009, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELA VISTA - ACBV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Rodrigo Rollemberg. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 1020, de 2009, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO TERCEIRO DISTRITO DE ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco.” **RELATORIA:** Senadora Ângela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 320, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CAPITAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 376, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DE TIMÓTEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Ciro Nogueira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 377, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS CARENTES DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João das Missões, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Ciro Nogueira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 449, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TERRA FM DE GOIÂNIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 497, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, EDUCATIVA E DESPORTIVA "MONSENHOR JADIR BRANDÃO COSTA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 520, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 523, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE NOVO BRASIL - ASCON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Brasil, Estado de

Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 525, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO DE IPANEMA (RVS FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 603, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 605, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RIO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Ciro Nogueira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 694, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SISTEMA HÉLIO DE COMUNICAÇÕES - ACSHC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.” **RELATORIA:** Senador Paulo Paim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 8, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO RAÍZES DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Ciro Nogueira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 23, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CARAÇA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Paulo Paim. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 24, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ARCOP - ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSORA COMUNITÁRIA DE PARAUPEBAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parauapebas, Estado do Pará.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Rodrigo Rollemberg. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 44, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE QUIXABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixaba, Estado da Paraíba.” **RELATORIA:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 45, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 58, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE APRAZÍVEL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 61, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE VERDE DE TERESINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.” **RELATORIA:** Senador Ciro Nogueira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 118, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 01/06/2011 – 17ª REUNIÃO

PDS Nº. 194, de 2003, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO "JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Eunício Oliveira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 488, de 2007, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada a RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Eunício Oliveira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 48, de 2009, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO SOTERO - FUNDACARU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 219, de 2009, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.” **RELATORIA:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 371, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COROACIENSE DE DESPORTOS (ACCORD) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senadora Ângela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 527, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MORRO AGUDO DE GOIÁS - ADESCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 529, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 530, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGEKOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 542, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E INTELECTUAL DE LUZIÂNIA (ASCOCIL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia,

Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 606, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MONTE ALEGRE DE MINAS - RÁDIO MONTE ALEGRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 621, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMISSORA CONTINENTAL DE CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 685, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 692, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAMADO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 7, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DA CIDADE DE SERITINGA - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 9, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE LAGO VERDE MARANHÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 25, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à MISSÃO CAMINHANDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Betim, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Eunício Oliveira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 60, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SISAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.” **RELATORIA:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 65, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe.” **RELATORIA:** Senadora Maria do Carmo Alves. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 85, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DENOMINADA ALFA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Marcos Parente, Estado do Piauí.” **RELATORIA:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 89, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.” **RELATORIA:** Senador Vital do Rêgo. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 96, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - ACRACGEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Flexa Ribeiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 99, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 103, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AURIFLAMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflamma, Estado de São Paulo.” **RELATORIA:** Senadora Ângela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 15/06/2011 – 20ª REUNIÃO

PDS Nº. 545, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL DE CALDAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 546, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GENTIL COLOCA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE GAMELEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira de Goiás, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 560, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 592, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE DOM CORRÊA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 599, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão a SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.” **RELATORIA:** Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 686, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 687, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALON DE ARAGUAPAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguapaz, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 688, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE TEREZÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terezópolis de Goiás, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 693, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 697, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 3, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântara, Estado do Maranhão.” **RELATORIA:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 48, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NASSAU EDITORA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 53, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO TAMBAÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.” **RELATORIA:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 66, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão

outorgada à TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 86, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulistana, Estado do Piauí.” **RELATORIA:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 94, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RIO SÃO FRANCISCO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.” **RELATORIA:** Senador Ivo Cassol. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 97, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.” **RELATORIA:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 98, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAMONTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamonte, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 111, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 112, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BELAQUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belágua, Estado do Maranhão.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 119, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senadora Ângela Portela. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 120, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TEMPERADA ESPORTE CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.” **RELATORIA AD HOC:** Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 29/06/2011 – 22ª REUNIÃO

PDS Nº. 587, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SERRA DAS ARARAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Cícero Lucena. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 622, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DA MATA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.” **RELATORIA:** Senador Valdir Raupp. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 689, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIO VERDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 690, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA AMORIM (AMVA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbáiba, Estado de Goiás.” **RELATORIA:** Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 695, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE - "GAMA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.”

RELATORIA: Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 696, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPOS LINDOS - ACCL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.”

RELATORIA: Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 698, de 2010, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTO DA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.”

RELATORIA: Senador Cyro Miranda. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 11, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à AMIC - AMIGOS DA CULTURA DE DRACENA E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.”

RELATORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 14, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MIRADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.”

RELATORIA: Senador Eunício Oliveira. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 84, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDEALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Edealina, Estado de Goiás.”

RELATORIA: Senador Anibal Diniz. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

PDS Nº. 102, de 2011, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ENTRE RIOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.”

RELATORIA: Senador Walter Pinheiro. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

6.5.– REQUERIMENTOS

DIA 02/03/2011– 2ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 1, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “... nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, ALOIZIO MERCADANTE e das Comunicações, PAULO BERNARDO, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos. **AUTORIA:** Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro. **RESULTADO:** Aprovado

DIA 23/3/2011– 4ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 2, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o programa nuclear brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares brasileiras e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre..” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 3, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma nova audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, para dar continuação ao debate sobre o programa nuclear brasileiro e o seu sistema de segurança.” **AUTORIA:** Senador Lobão Filho. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 6/4/2011– 6ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 4, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT a fim de discutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de “laranjas” para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal, com os seguintes convidados.” **AUTORIA:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 5, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos os Presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Glaucius Oliva; da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Glauco Antonio Truzzi; e, da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Mota Sardenberg, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos.” **AUTORIA:** Senador Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 6, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “... a V.Ex.^a, nos

termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir a situação do Plano Nacional de Banda Larga no País e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via internet, com ênfase na Região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço..” **AUTORIA:** Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 7, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues, para realização de audiência pública sobre o tema “A situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e particularmente na Região Norte”, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja incluído, como convidado para a mesa de debates, o Deputado Marco Antonio Chico Preto – Presidente da Comissão de Gestão e Serviços Públicos (CGESP) da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM).” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 8, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Com amparo nos arts. 58, § 2º, II da Constituição Federal, e 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 9, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº ____/2011-CCT a fim de convidar um representante da Associação Nacional de Jornais – ANJ e um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT para participar da audiência pública com o objetivo de debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet em elaboração pelo Governo Federal.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 10, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 08/2011-CCT, no sentido de que seja também convidado o Professor Marco Bonito - Universidade UNISUL.” **AUTORIA:** Senador Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 11, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar a gestão e a efetividade dos mecanismos de financiamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 12, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente à opção tecnológica para implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV, entre as cidades de Campinas – SP e Rio de Janeiro – RJ.” **AUTORIA:** Senador Marcelo Crivella. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 13, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para identificar

os fatores limitantes do sistema de proteção da propriedade intelectual e da atividade inovadora no País.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 14, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, Hélio Vitor Ramos Filho; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação - UNESCO, Guilherme Canela Godoi, com o objetivo de discutir o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.” **AUTORIA:** Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 15, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que “Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências”, tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 19/4/2011– 9ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 16, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, nos termos do art 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada reunião deliberativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de discutir e votar o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 4/5/2011– 12ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 17, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, com

amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um conjunto de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reunidas sob a denominação Jornada pela Inovação, para debater diversos temas, com os seguintes convidados.” **AUTORIA:** Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira e Ivo Cassol. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 11/5/2011– 14ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 18, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de levar ao conhecimento destas Comissões um trabalho coordenado no país pelo Prof. Dr. Miguel Nicolelis, que faz o “uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil”, com os seguintes convidados: 1. Prof. Dr. Miguel Nicolelis – pesquisador na Universidade Duke; membro das Academias Brasileira, Francesa e do Vaticano de Ciências; criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly (IINN-ELS). 2. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT.3. Representante do Ministério da Educação.” **AUTORIA:** Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 19, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) no período de 2007 a 2010, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloisio Mercadante.” **AUTORIA:** Senadores Eduardo Braga e Gim Argello. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 20, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 08, de 2011, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, de Audiência Pública, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta do Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal, para a inclusão, como convidados, do Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, o Senhor Magdiel Santos e do Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal -SindiTeleBrasil, o Senhor Eduardo Levy.” **AUTORIA:** Senador Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 21, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para analisar e debater a relação entre atividades de ciência, tecnologia e inovação e a promoção do desenvolvimento. A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Mauro Borges Lemos, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Mário Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional das Fundações

de Amparo à Pesquisa (CONFAP); José Eli da Veiga, Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e pesquisador do Núcleo de Economia Socioambiental (NESA/FEA/USP).” **AUTORIA:** Senadores Eduardo Braga e Anibal Diniz. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 18/5/2011– 15ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 22, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para instruir o PLS 238, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instruir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala. Os convidados serão indicados posteriormente.” **AUTORIA:** Senador Paulo Paim. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 1/6/2011– 17ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 23, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão para debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação.” **AUTORIA:** Senadores Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Ângela Portela, Valdir Raupp, Cyro Miranda e Pedro Taques. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 24, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 15/2011-CCT a fim de convidar um representante da HBO para participar da audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de : Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências”.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 29/6/2011– 22ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 25, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “... nos termos regimentais a realização de audiência pública para ouvir o Senhor RAJIV MEHROTRA, Chairman e CEO da VNL (Vihaan Networks Limited), sobre as experiências na Índia e em outros países com a instalação de Internet Banda Larga para redes rurais, usando energia solar, como forma avançada de resolver problemas de infra-estrutura em áreas remotas, permitindo a inclusão digital das respectivas populações.” **AUTORIA:** Senador

Cyro Miranda. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 26, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, no sentido de que sejam ouvidos os representantes do Ministério das Comunicações (MC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o propósito de discutir sobre a possível licitação da Faixa de 450 MHz pela Anatel, com vistas a oferecer telefonia rural e Internet às regiões agrícolas do País.” **AUTORIA:** Senadores Walter Pinheiro e Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 27, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 23, de 2011-CCT, no sentido de que seja também convidado o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Senhor Márcio Pochmann, para participar de Audiência Pública perante esta Comissão, com o objetivo de debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação.” **AUTORIA:** Senadores Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 6/7/2011– 24ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 28, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos regimentais, seja convidada a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), para participar da audiência pública a ser realizada por esta Comissão, em data a ser definida, destinada a discutir o PLC 30 de 2011 (Código Florestal).” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 29, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “Em aditamento ao Requerimento nº 17-CCT, de 2011, seja possível, caso conveniente e oportuno para o melhor andamento da Jornada pela Inovação e a critério do Presidente desta Comissão, redefinir a lista de convidados para as audiências públicas previstas.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RESULTADO:** Aprovado.

DIA 13/7/2011– 25ª REUNIÃO

REQUERIMENTO Nº 30, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a participação do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga, e do Senador Walter Pinheiro, membro titular da CCT, na abertura da 19ª edição da ABTA 2011 – Feira e Congresso que se realizará no dia 09 de agosto do corrente ano, em São Paulo – SP. Requeremos, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como, de servidores da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência a esta Presidência.” **AUTORIA:** Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 31, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “..., nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as práticas, preços e condições na venda de softwares e na prestação de serviço de locação de satélites para transmissão de sinais de TV para Administração Pública. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: - Sr. Virgílio Almeida, Coordenador do InWeb da Secretaria de Política de Informática (SEPIN) do ministério de Ciência e Tecnologia. - Sr. Cyo Diehl, Presidente da Oracle do Brasil Sistemas, - Sr. Ricardo Pelegrini, Gerente Geral da IBM Brasil, - Sr. Ronaldo Mota Sardenberg,, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL; - Sr. José Formoso, Presidente da Embratel.” **AUTORIA:** Senador Cícero Lucena. **RESULTADO:** Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 32, de 2011 - CCT, não terminativo, que requer “... nos termos do art. 90, II, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das “terras raras”, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia. Para tanto, sugerimos convidar para participar destas discussões as seguintes personalidades: 1 - Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); 2 - Representante do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); 3 - Diretor de Recursos Minerais da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Sr. Otto Bittencourt.” **AUTORIA:** Senador Luiz Henrique. **RESULTADO:** Aprovado

6.6.– ATOS DA COMISSÃO

DIA 01/06/2011 – 17ª REUNIÃO

ATO Nº. 1, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que “Disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria dos Projetos de Decreto Legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.” **AUTORIA:** Senador Eduardo Braga. **RELATORIA:** Senador Pedro Taques. **PARECER:** Favorável. **RESULTADO:** Aprovado.

**6.7.– EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI N.º 02/2011 –
(PLDO) CN**

DIA 08/06/2011– 19ª REUNIÃO

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 02/2011-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012”.

RELATORIA: SENADOR RICARDO FERRAÇO

RELATORIA AD HOC: SENADOR WALTER PINHEIRO

RESULTADO: APROVADAS 19 (DEZENOVE) EMENDAS DE TEXTO

EMENDAS DE TEXTO			
	Referência	Texto Proposto	Autor/Senador
1	Anexo IV, inciso I, item 63	Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos	Flexa Ribeiro
2	Anexo IV, inciso I, item 63	Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental	Flexa Ribeiro
3	Anexo IV, inciso I, item 63	Despesas relacionadas com a construção de Navios de Patrulha Oceânicos	Flexa Ribeiro
4	Anexo IV, inciso I, item 63	Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito do Programa Nuclear da Marinha	Flexa Ribeiro
5	Anexo IV, inciso I, item 63	Despesas relacionadas com o Programa de Recursos do Mar e com a Missão Antártica	Flexa Ribeiro

6	Corpo da Lei, artigo 4	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, aos investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia e à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.	Flexa Ribeiro
7	Corpo da Lei – artigo 68, inciso II	III- relativas a investimentos e inversões financeiras de projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia.	Flexa Ribeiro
8	Corpo da Lei – artigo 67, parágrafo 1, inciso 3	IV- relativas a investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia.	Flexa Ribeiro
9	Corpo da Lei – artigo 65, inciso XII	XIII- investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia, excetuados aqueles destinados ao início de novos projetos.	Flexa Ribeiro
10	Anexo IV, inciso I, item 63	Inclua-se na seção II do anexo IV ao PLDO 2012, o seguinte item: 1. ações à ciência e tecnologia	Cyro Miranda e Lídice da Mata
11	Anexo IV, inciso I, item 63	Inclua-se na seção II do anexo IV ao PLDO 2012, o seguinte item: 1.2 ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.	Cyro Miranda, Lídice da Mata e Eduardo Braga

12	Corpo da Lei – artigo 20, parágrafo 2	§ 2o A contratação de serviços de consultoria, inclusive aquelas realizadas no âmbito dos acordos de cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, somente serão contratadas para a execução de de atividades que, comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores e empregados da administração pública federal e deverão ser publicados, no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constarão, necessariamente, a identificação do responsável pela execução do contrato, a descrição completa do objeto do contrato, o quantitativo médio de consultores, o custo total e a especificação dos serviços e o prazo de conclusão.	Paulo Paim
13	Corpo da Lei – artigo 48, inciso II	III - do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art 7º, VI da CF, garantindo aumento real equivalente ao INPC acrescido do percentual referente ao PIB (Produto Interno Bruto) acumulado nos últimos 12 meses.	Paulo Paim
14	Corpo da Lei – artigo 19, parágrafo 6	§7º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados terão a validade vinculada ao termo final do convênio ou contrato de repasse. Não podendo ser objeto de cancelamento no prazo mínimo equivalente a 24 meses da data de sua inscrição, período em que deve ocorrer o início da execução do objeto contratado/conveniado, sob pena de cancelamento do empenho.	Paulo Paim
15	Anexo IV, inciso I, item 63	Não serão objetos de limitação de empenho, as despesas com ações vinculadas a expansão da rede de Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT's no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia	Eduardo Braga
16	Corpo da Lei – artigo 34, inciso V	V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada.	Eduardo Braga
17	Corpo da Lei – artigo 36, parágrafo 1, inciso II, alínea “b”	5%(cinco por cento) e 10% (dez por cento), para as Universidades Estaduais, sendo dispensada a estas a obrigatoriedade da contrapartida exclusivamente financeira.	Eduardo Braga

18	Corpo da Lei – artigo 34, parágrafo 9	§ 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo deverá, até o final deste exercício, apresentar à Comissão Gestora do SICONV projeto de implementação de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições receptoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso.	Eduardo Braga
19	Anexo IV, inciso I, item 63	Não serão objetos de limitação de empenho, as despesas com ações vinculadas ao desenvolvimento de novo modelo institucional de pesquisa no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT.	Eduardo Braga